

## **CONGRESSO**

# *Senado prepara votação da Lei Orgânica do TCU*

**BRASÍLIA** — O plenário do Senado deverá votar na próxima semana os projetos da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e da Lei de Imprensa. Por considerar as matérias "importantes e controvértidas", o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), enviou telegrama ontem aos líderes partidários pedindo que convocuem suas bancadas para as votações.

Segundo informou Benevides, a Lei Orgânica do TCU deve ser apreciada primeiro atendendo a solicitação de urgência feita pelo presidente do Tribunal, ministro Carlos Átila. O TCU precisa desse instrumento legal para dar mais rapidez e eficiência às suas funções de órgão fiscalizador dos gastos públicos. Caso o projeto seja aprovado com alterações, como é esperado — já existem 33 emendas —, terá de voltar à Câmara dos Deputados. Também o projeto da nova Lei de Imprensa, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), terá de ser remetido à Câmara se for aprovado pelos senadores.

**Comissão de Orçamento** — Consita ainda da agenda de Benevides um outro ato que ele considera muito importante: a nova composição da Comissão Mista de Orçamento, que terá como função examinar e dar parecer sobre o Plano Plurianual de Investimentos (que chegou ao Congresso poucos dias antes do carnaval), sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1993 e sobre o Orçamento da União para o próximo ano.

O senador lembra que a composição da comissão tem sido uma de suas principais preocupações porque no ano passado alguns de seus integrantes, inclusive o relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), foram acusados de utilizar a função para favorecer seus redutos eleitorais, e de alguns colegas, além de negociar com o Poder Executivo a liberação de verbas. Embora tenha negado o favorecimento de verbas à sua região, a Bahia, Alves acabou sendo substituído pelo líder do seu partido, deputado Ricardo Fiúza, hoje ministro da Ação Social.

Agora, conforme rodízio acertado por Benevides com a presidência da Câmara, caberá ao Senado indicar o relator-geral. O presidente da comissão será escolhido pela Câmara. O senador disse que quer definir logo a composição da comissão para evitar o atraso ocorrido no ano passado. O projeto de Orçamento foi votado nos últimos dias do ano parlamentar e só pôde ser enviado à sanção presidencial no início de fevereiro.